

Demonstrações Contábeis

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

**Shape the future
with confidence**

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.
Brasileira - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Marangatu 7 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 9 de abril de 2024, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222	7
Contas a receber de clientes	5	969	-
Impostos a recuperar	6	2	40
Estoque	7	690	-
Despesas antecipadas		493	457
Total ativo circulante		2.376	504
Ativo de direito de uso	9	9.452	-
Imobilizado	10	160.647	146.065
Intangível	11	120	32
Total ativo não circulante		170.219	146.097
Total dos ativos		172.595	146.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	5.262	27.573
Arrendamento	13	120	-
Impostos a recolher	6	286	259
Total passivo circulante		5.668	27.832
Não circulante			
Fornecedores	12	29	-
Arrendamento	13	9.622	-
Provisão para desmobilização	14.1	285	1.439
Partes relacionadas	8	66	-
Total passivo não circulante		10.002	1.439
Patrimônio líquido	15		
Capital social		161.072	117.472
Prejuízos acumulados		(4.147)	(142)
Total patrimônio líquido		156.925	117.330
Total dos passivos e patrimônio líquido		172.595	146.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	7.275	-
Custo de operação	17	(10.597)	-
Prejuízo bruto		(3.322)	-
Despesas administrativas		(335)	(84)
Prejuízo antes do resultado financeiro	17	(3.657)	(84)
Receitas financeiras		1	63
Despesas financeiras		(83)	(29)
Variação monetária/cambial líquida		(81)	-
Resultado financeiro líquido	18	(163)	34
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.820)	(50)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(185)	-
Prejuízo do exercício		(4.005)	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(4.005)</u>	<u>(50)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(4.005)</u>	<u>(50)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	<u>3.740</u>	<u>-</u>	<u>(92)</u>	<u>3.648</u>
Aumento de capital	197.703	(83.971)	-	113.732
Prejuízo do exercício	-	-	(50)	(50)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>201.443</u>	<u>(83.971)</u>	<u>(142)</u>	<u>117.330</u>
Aumento de capital	-	43.600	-	43.600
Prejuízo do exercício	-	-	(4.005)	(4.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>201.443</u>	<u>(40.371)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>156.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(3.820)	(50)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	4.557	-
Arrendamentos - atualização financeira	13	64	-
Provisões de desmobilização - atualização financeira	14.1	4	-
Impostos a recuperar - atualização monetária	6	(1)	-
		<u>804</u>	<u>(50)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(969)	-
Impostos a recuperar		39	(39)
Estoques		(690)	-
Outros ativos		(36)	(440)
		<u>(1.656)</u>	<u>(479)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(22.282)	27.352
Impostos a recolher		(56)	258
		<u>(22.338)</u>	<u>27.610</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>(23.190)</u>	<u>27.081</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	6	(102)	(3)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>(23.292)</u>	<u>27.078</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível	9 e 10	(20.159)	(140.960)
Partes relacionadas		66	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento			
		<u>(20.093)</u>	<u>(140.960)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		43.600	113.732
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento			
		<u>43.600</u>	<u>113.732</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>215</u>	<u>(150)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		222	7
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7	157
		<u>215</u>	<u>(150)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Geração do valor adicionado	7.551	-
Receita operacional	7.551	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(6.013)	(83)
Custos da energia comprada	(1.741)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(1.222)	-
Materiais	(65)	-
Serviços de terceiros	(2.634)	(78)
Outros custos operacionais	(351)	(5)
Seguros	(68)	-
Provisões (reversão) para contingências judiciais	(18)	-
Outras despesas	(265)	(5)
Valor adicionado bruto	1.538	(83)
Retenções	(4.557)	-
Depreciações e amortizações	(4.557)	-
Valor adicionado líquido produzido	(3.019)	(83)
Valor adicionado recebido em transferência	1	66
Receitas financeiras	1	66
Valor adicionado total a distribuir	(3.018)	(17)
Distribuição do valor adicionado	(3.018)	(17)
Pessoal	23	-
Remuneração direta	20	-
Benefícios	3	-
Impostos, taxas e contribuições	736	28
Federais	467	28
Estaduais	269	-
Remuneração de capitais de terceiros	228	5
Juros	164	5
Aluguéis	64	-
Remuneração de capitais próprio	(4.005)	(50)
Prejuízo do exercício	(4.005)	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Marangatu 7 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2021, com sede na Fazenda Atravessado, S/N, Lote Gleba 1, Zona Rural, Brasileira no Estado do Piauí. A Companhia é controlada pela Marangatu Holding S.A. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de energia solar, cuja capacidade instalada atual é de 30,0 MW, a construção foi finalizada em abril de 2024, com início das operações no mesmo mês, abril de 2024.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.292 (R\$27.328 em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente do *curtailment*, que significa uma redução, corte ou limitação de inserção de energia renovável na rede elétrica, decorrente principalmente pela limitação de carga da rede básica. Considerando que os investimentos necessários são suportados por aportes já aprovados dos acionistas controladores a Companhia concluiu que nesse momento não há risco significativo de caixa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 29 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo de Direito em uso, Imobilizado e Intangível (nota explicativa 9, 10 e 11);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 10);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 13); e
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 14.1).

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 10	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações contábeis - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa			01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7	01.01.2024
	Alterações redacionais	IFRS 7	01.01.2024
	Inclusão de seções explicativas e origem da DVA		
	Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos		
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado		N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações contábeis e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	N/A	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. Por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixas e bancos	222	7
	<u>222</u>	<u>7</u>

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	<u>Valores correntes</u>	
	<u>Corrente a vencer</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2024</u>
	<u>Até 60 dias</u>	
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	969	969
Total circulante	<u>969</u>	<u>969</u>

6. Imposto a recuperar e a recolher

O quadro apresentado abaixo tem como objetivo demonstrar as mutações dos valores de Impostos à Recuperar e à Recolher nas contas patrimoniais

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2024
Impostos a recuperar							
PIS e COFINS (i)	27	-	(27)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13	-	-	1	-	(14)	-
Outros	-	31	-	-	1	(30)	2
Total	40	31	(27)	1	1	(44)	2
Circulante	40						2
Total	40						2
Impostos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	-	185	-	-	(102)	-	83
PIS e COFINS	-	327	-	-	(242)	(14)	71
ICMS	-	617	-	-	(552)	-	65
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	259	1.534	-	-	(1.696)	(30)	67
Total	259	2.663	-	-	(2.592)	(44)	286
Circulante	259						286
Total	259						286

	Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	Adições	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Impostos a recuperar						
PIS e COFINS	-	27	-	-	-	27
IRRF sobre aplicação financeira	1	10	-	(4)	(7)	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	-	13	13
Total	1	37	-	(4)	6	40
Circulante	1					40
Total	1					40
Impostos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(3)	(4)	7	-
PIS e COFINS	-	3	(3)	-	-	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4	1.262	(1.006)	-	(1)	259
Total	4	1.265	(1.012)	(4)	6	259
Circulante	4					259
Total	4					259

(i) Programa de Integração Social (PIS); 0,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração resultado pelo seu valor líquido.

7. Estoques

	<u>31/12/2024</u>
Materiais em almoxarifado	<u>690</u>
Total	<u>690</u>

8. Transações com Partes relacionadas

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2024</u>
Balço patrimonial		
Passivo circulante		
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (Nota 12)	Compra de Energia	538
Canadian Solar FIP (Nota 12)	Custos compartilhados	<u>34</u>
		<u>572</u>
Passivo não circulante		
Marangatu Holding S/A (i)	Custos compartilhados	<u>66</u>
		<u>66</u>
Total passivo		<u>638</u>
Resultado do exercício		
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Venda de energia	152
Panati 2 Energias Renováveis S/A	Venda de energia	11
Panati 3 Energias Renováveis S/A	Venda de energia	7
Sitiá 1 Energias Renováveis SA	Venda de energia	14
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Compra de Energia	(1.047)
Marangatu Holding S/A (i)	Custos compartilhados	<u>(66)</u>
Total Resultado		<u>(929)</u>

(i) Referem-se a reembolso de despesas administrativas: Pessoal e administradores R\$28; Serviços de terceiros R\$22; Aluguéis e arrendamentos R\$5 e; Outras R\$10. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 17.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

9. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque solar da Companhia. Esse contrato é considerado como arrendamento conforme nova metodologia e é apresentado na nota explicativa 13 Arrendamento

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativo de direito de uso				
Geração				
Arrendamento de terras	2,33%	9.678	(226)	9.452
		9.678	(226)	9.452
Total ativos de direito de uso		9.678	(226)	9.452

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	-	9.678	(226)	9.452
Total ativo de direito de uso	-	9.678	(226)	9.452

O ativo de direito de uso foi constituído em 2024, data de entrada em operação do parque solar, e em decorrência do contrato atrelado a receita de geração de energia elétrica da Companhia.

10. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Atividades não vinculadas à concessão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,32%	31.685	(791)	30.894	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4,51%	128.378	(3.476)	124.902	-	-	-
Veículos	18,46%	585	(27)	558	-	-	-
Móveis e utensílios	8,59%	383	(21)	362	-	-	-
Descomissionamento	3,17%	281	(1)	280	1.439	-	1.439
		<u>161.312</u>	<u>(4.316)</u>	<u>156.996</u>	<u>1.439</u>	<u>-</u>	<u>1.439</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>161.312</u>	<u>(4.316)</u>	<u>156.996</u>	<u>1.439</u>	<u>-</u>	<u>1.439</u>
Imobilizado em curso							
Geração		3.651	-	3.651	144.626	-	144.626
Total do imobilizado em curso		<u>3.651</u>	<u>-</u>	<u>3.651</u>	<u>144.626</u>	<u>-</u>	<u>144.626</u>
Total do Imobilizado		<u>164.963</u>	<u>(4.316)</u>	<u>160.647</u>	<u>146.065</u>	<u>-</u>	<u>146.065</u>

b. Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	31.685	(791)	-	30.894
Máquinas e equipamentos	-	25	128.353	(3.476)	-	124.902
Veículos	-	-	585	(27)	-	558
Móveis e utensílios	-	-	383	(21)	-	362
Desmobilização	1.439	-	-	(1)	(1.158)	280
Total do imobilizado em serviço	1.439	25	161.006	(4.316)	(1.158)	156.996
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	129.383	33.132	(160.421)	-	-	2.094
Veículos	-	585	(585)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	15.243	(13.686)	-	-	-	1.557
Total do imobilizado em curso	144.626	20.031	(161.006)	-	-	3.651
Total do imobilizado	146.065	20.056	-	(4.316)	(1.158)	160.647

	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Adições	Reclassificação (ii)	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço				
Desmobilização	-	1.439	-	1.439
Total do imobilizado em serviço	-	1.439	-	1.439
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	-	126.049	3.334	129.383
Adiantamento a fornecedores	364	14.879	-	15.243
Total do imobilizado em curso	364	140.928	3.334	144.626
Total do imobilizado	364	142.367	3.334	146.065

(i) As informações sobre a desmobilização estão descritas na nota explicativa 14.1

(ii) O valor de R\$3.334 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.

11. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento da planta de geração de energia solar registrados ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. A vida útil estimada para os gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia solar é de 30 anos.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração da Companhia através de teste de *impairment*, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis.

a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	2024			2023		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	131	(15)	116	-	-	-
Servidão	3,13%	4	-	4	-	-	-
Intangível em curso							
Software		-	-	-	32	-	32
Total intangível		135	(15)	120	32	-	32

11. Intangível – Continuação

b. Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço					
Software	-	58	(15)	73	116
Servidão	-	-	-	4	4
Intangível em curso					
Outros projetos	-	4	-	(4)	-
Software	32	41	-	(73)	-
	32	103	(15)	-	120

	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Adições	Reclassificação (i)	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em serviço				
Outros projetos	3.334	-	(3.334)	-
Software	-	32	-	32
	3.334	32	(3.334)	32

(i) O valor de R\$3.334 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.

12. Fornecedores

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia - partes relacionadas (Nota 8)	538	-	-	-
Materiais e serviços - partes relacionadas (Nota 8)	34	-	-	-
	572	-	-	-
Suprimento de energia	152	-	-	-
Materiais e serviços	4.538	27.573	29	-
	4.690	27.573	29	-
	5.262	27.573	29	-

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui operações de risco sacado.

13. Arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque solar. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Ativo de direito de uso (nota explicativa 9) e Arrendamentos (nota explicativa 13).

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos conforme nota explicativa 13 e demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização financeira	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos de terra	-	10.983	-	10.983
(-) Ajuste a valor presente	-	(1.305)	64	(1.241)
Total	-	9.678	64	9.742
Circulante	-			120
Não circulante	-			9.622
Total	-			9.742

14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

14.1 Provisões para desmobilização

A Companhia, com o auxílio de especialistas aprimorou durante o exercício de 2024 suas estimativas para os custos de desmobilização, as quais entraram em operação durante o exercício de 2024.

Provisões para desmobilização são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos.

Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2024, referente à provisão para desmobilização do parque solar em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa 10). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque solar (nota explicativa 13).

O cálculo do valor da provisão para desmobilização foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 8,35% a.a.

14. Provisões – Continuação

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para desmobilização	1.439	-	(1.158)	4	285
	<u>1.439</u>	<u>-</u>	<u>(1.158)</u>	<u>4</u>	<u>285</u>
	<u>31/12/2022 (não auditado)</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para desmobilização	-	1.439	-	-	1.439
	<u>-</u>	<u>1.439</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.439</u>

15. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R\$201.443, representados por 20.144.300 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, no valor nominal de 0,01 (um centavo) cada uma.

	<u>31/12/2024</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Capital subscrito	20.144.300	201.443
Recursos destinados a aumento de capital	(4.037.100)	(40.371)
	<u>16.107.200</u>	<u>161.072</u>

A Composição societária é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>
Marangatu Holding	20.144.300	201.443	100%	20.144.300	201.443	100%
	<u>20.144.300</u>	<u>201.443</u>	<u>100%</u>	<u>20.144.300</u>	<u>201.443</u>	<u>100%</u>

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

16. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	<u>2024</u>
Suprimento mercado livre	7.423
Energia de curto prazo	128
Receita operacional bruta	<u>7.551</u>
(-) Deduções à receita operacional PIS/COFINS	(276)
Total deduções da receita operacional	<u>(276)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>7.275</u></u>

17. Custos e despesas (por natureza)

	<u>2024</u>			<u>2023</u>	
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Energia elétrica comprada para revenda	(1.741)	-	(1.741)	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.222)	-	(1.222)	-	-
Pessoal e administradores (i)	-	(28)	(28)	-	-
Material	(65)	-	(65)	-	-
Serviços de terceiros (i)	(2.604)	(22)	(2.626)	(51)	(51)
Serviços de auditoria	(8)	-	(8)	(26)	(26)
Depreciação	(4.542)	-	(4.542)	-	-
Amortização	(15)	-	(15)	-	-
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(18)	-	(18)	-	-
Aluguéis e arrendamentos (i)	(59)	(5)	(64)	-	-
Outras (i)	(323)	(280)	(603)	(7)	(7)
Total	<u>(10.597)</u>	<u>(335)</u>	<u>(10.932)</u>	<u>(84)</u>	<u>(84)</u>

(i) As despesas administrativas referem-se ao compartilhamento de custo entre a Companhia e sua Controladora (nota explicativa 7).

18. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	-	66
Outros juros e variações monetárias	1	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	-	(3)
Receitas financeiras total	<u>1</u>	<u>63</u>
Despesas financeiras		
Atualização arrendamento	(64)	-
Atualização para desmobilização	(4)	-
Outras despesas financeiras	(15)	(29)
Despesas financeiras total	<u>(83)</u>	<u>(29)</u>
Variação monetária/cambial líquida		
Variação cambial	(81)	-
Total variação monetária/cambial líquida	<u>(81)</u>	<u>-</u>
Total resultado financeiro	<u><u>(163)</u></u>	<u><u>34</u></u>

19. Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Considerando que a Companhia passou a adotar o regime de **lucro Presumido**, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada com base em percentuais fixos aplicáveis sobre a receita bruta, conforme a legislação vigente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para o cálculo dos montantes são aquelas em vigor na data do balanço.

Ausência de incerteza sobre a tributação do lucro

A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido, no qual os tributos incidem diretamente sobre a receita, eliminando incertezas quanto ao tratamento fiscal do lucro. Dessa forma, a Interpretação do ICPC 22, que exige a avaliação da probabilidade de aceitação do tratamento fiscal escolhido pela entidade, não gera impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

	2024
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	(185)
IRPJ - Corrente	(114)
CSLL - Corrente	(71)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

<u>Impostos correntes</u>	<u>2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Faturamento (fornecimento de energia)	6.589	6.589
% para base de cálculo	8%	12%
Base de cálculo	527	791
Receitas financeiras	1	1
Base de cálculo total	528	792
% do Imposto (i)	25%	9%
Total	(114)	(71)

(i) Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 2023 a Companhia não auferiu receitas operacionais por estar na fase de construção do parque solar.

20. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

20. Instrumentos financeiros – Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima era de R\$969 referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

b) Risco operacional

Risco do *curtailment* por período prolongado, podendo acarretar perdas.

c) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2024				31/12/2023	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	5.262	-	29	-	5.291	27.573
Partes relacionadas	-	-	66	-	66	-
Arrendamentos	-	120	602	9.020	9.742	-
Total	5.262	120	697	9.020	15.099	27.573

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	222	222	7	7	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	969	969	-	-	Custo amortizado
Outros ativos	493	493	457	457	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Arrendamento	9.742	9.742	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	66	66	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	5.291	5.291	27.573	27.573	Custo amortizado

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, Caixa restrito e depósitos judiciais, conforme tabela acima.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

c) Mudanças climáticas

Os parques solares do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

21. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R\$20.000 com período de vigência de 30/11/2024 a 30/11/2025 e Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$800.000 com período de vigência de 30/11/2024 a 30/11/2025.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

22. Transações que não afetaram o caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atividades de Investimento			
Ativo de direito de uso – correção contratual	9	9.678	-
Imobilizado – Adição (baixa) de desmobilização	10	(1.158)	1.439

23. Eventos subsequentes

Em 27 de março de 2025 a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O valor do financiamento será de R\$ 58.333 e taxa de juros atrelada ao IPCA + 5,3458 a.a.

Composição da Diretoria

André Pereira
Diretor Geral

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9 S-PI